

As performances fascistas do bolsonarismo

Beatriz Resende

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

This article discusses the directions democracy has taken in Brazil since President Jair Bolsonaro was elected. The growing authoritarian character is taking the form of fascism. The performances of President Bolsonaro and other members of the Government exhibit a semiotic of horror, to intimidate population. At the same time, these performances exhibit a populist rhetoric of exaltation of the leader. The opposition hesitates on how to react in front of daily threats. The sanitary situation of the country, which was violently affected by the Covid-19 pandemic, is worsening this process.

Keywords: Brazil; Jair Bolsonaro Government; democracy; authoritarianism; fascism.

O artigo pretende discutir os rumos que a democracia no Brasil tem tomado desde que o atual Presidente, Jair Bolsonaro, assumiu o governo. O caráter crescentemente autoritário vem se transformando em exercício mesmo do fascismo. As performances do Presidente e membros do executivo exibem uma semiótica do horror destinada a intimidar a população, ao mesmo tempo em que exibem uma retórica populista de exaltação do líder. A oposição hesita ainda sobre o modo de atuação diante de ameaças cotidianas. A situação sanitária do país, atingido fortemente pelo Covid-19 vem agravando todo o processo.

Palavras-chave: Brasil; governo de Jair Bolsonaro; democracia; autoritarismo; fascismo.

O ódio é fascista, todo ódio coletivamente destilado é fascista, e o fascismo é, em suma o ódio convertido em afeto dominante dentro de um projeto de poder, plasmando práticas, visões de mundo e a definição do outro como inimigo a ser neutralizado ou eliminado (Soares, 2020, Cap. 1)

Em 1º. de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro tomou posse como Presidente do Brasil, democraticamente eleito. Fora escolhido, em segundo turno, concorrendo com o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, por 39% dos eleitores contra 32% recebidos pelo adversário. Entre votos brancos, nulos e abstenções, num processo eleitoral onde o voto é obrigatório, 29% dos eleitores não se posicionaram, o que indicava indefinição expressiva diante das opções oferecidas aos cidadãos.

Escaldados pela vivência de 20 anos de ditadura civil-militar iniciada quando um marechal chegara ao governo pelo golpe, olhamos com certo espanto para o candidato que, como deputado federal, durante a votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, homenageou da tribuna, ao pronunciar seu voto, o pior dos torturadores da ditadura, o coronel Brillhante Ustra, um assassino. Bolsonaro, porém, recebia a faixa presidencial eleito democraticamente.

Naquele momento, confiávamos na força da nossa jovem democracia e, nós do bloco considerado de esquerda, nos preparávamos para ocupar o papel de oposição depois de dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e um e meio da primeira mulher eleita e reeleita como chefe de governo, Dilma Rousseff.

Na armação de um outro golpe, ainda que republicano e dentro dos limites constitucionais, como foi o processo de impeachment de sua sucessora, em 2016, o ex-presidente Lula, liderança incontestada, fora preso, acusado de corrupção sem provas efetivas e tornado inelegível. Dilma, uma das vítimas das bárbaras torturas do Coronel Ustra, foi retirada do poder por astúcias da oposição articulada com o então vice-presidente, apoiados por representantes do capital e demais setores conservadores e neoliberais.

O tom que fora imprimido à campanha, agressivo e ofensivo aos opositores e de exaltação mítica do candidato que ausente dos debates, vitimizado, durante um ato de campanha em setembro de 2018, pela facada recebida de um anônimo com problemas mentais, pouco revelara de concreto como política de Estado, mas apontava, desde o início, que não seria no campo das ideias que as divergências seriam tratadas.

Os ganhos anteriormente conseguidos, não sem luta e através, por vezes, de movimentos difíceis e dolorosos, não se limitavam a questões econômicas ou à chamada soberania nacional com conquista de respeito no concerto das nações,

mas estendiam-se a temas sociais e culturais, questões de comportamento, de identidades, de respeito às minorias e à diferença. Desde a campanha, ficava claro que tais ganhos seriam os primeiros a serem combatidos e com recursos do governo autoritário que iria se instalar.

Se a profunda desigualdade no país estava longe de ser resolvida, vivíamos, porém, o processo de reconhecimento dos territórios periféricos das grandes cidades, a força de suas organizações, o protagonismo dessas culturas e suas práticas. O sucesso da política de quotas raciais nas universidades começava a mostrar resultados importantes. E mais: o empoderamento das mulheres, com destaque para a militância das mulheres negras, a legitimação e o respeito aos LGBTQI, o fortalecimento, ainda que incipiente, de legislações de proteção à mulher. Contra tais vitórias da sociedade, o governo que se formava se voltaria imediatamente, com todas as forças.

Nos primeiros momentos, partidos de esquerda, militantes, intelectuais e lideranças se chicoteavam de todas as formas pelo fracasso eleitoral. Não sem razão. Lula demorou a perceber que se tornaria definitivamente inelegível dando a seu substituto pouco mais de 20 dias para mostrar quem era e conquistar eleitores. A campanha do candidato do PT desconheceu a força do uso das redes digitais, habilmente utilizada pelos bolsonaristas, inclusive com o uso imoral de *fake-news*. O mais grave de tudo: candidatos de esquerda minimizaram a força política dos evangélicos, que com a liderança ativa e capilar dos neopentecostais que cresceram expressivamente entre os periféricos e despossuídos, não soubéramos ouvir. O voto popular, sem liderança de figura pública que despertasse identificação, mudara de lado.

As manifestações de apoio ao Presidente eleito foram para as ruas. Setores diversos de camada populares festejavam o resultado, mas também a classe média que dava voz ao conservadorismo que na verdade sempre estivera presente; os novos ricos da Barra da Tijuca – onde mora Bolsonaro – pareciam excitados com a posse do capitão. Empresários sorriam esperançosos.

O deputado medíocre, eleito por diversos partidos durante 27 anos sem nada apresentar que merecesse destaque, exceto cenas de comportamento político deplorável, apresentava-se como político experiente. O paraquedista reformado como capitão após receber punição das forças armadas tornava-se aos olhos dos seus eleitores uma espécie de super-herói.

O vigor da curta campanha de Fernando Haddad, com gente na rua, estudantes voltando a se mobilizar, mulheres tomando iniciativas entusiasmadas com o rápido crescimento de movimento que se espalhava pelas cidades, o “Ele não”, tornou o gosto da derrota ainda mais amargo.

E assim fomos para as janelas bater nossas inocentes panelas a cada fala do novo presidente, sem saber mais o que fazer. Enquanto isso, os vitoriosos

tornavam-se cada vez mais agressivos e violentos. A performance presidencial copiada por seus seguidores expressava-se pelo braço erguido com a mão simulando portar uma arma apontada para o inimigo. As redes multiplicavam obscenamente a retórica da ofensa, de acusações fantasmagóricas a ameaçadores “comunistas”, corruptores dos bons costumes que ameaçavam os jovens.

Professores, intelectuais, cientistas passavam a ser monstros que ameaçavam a família, a religião, as crenças terraplanistas. O anti-intelectualismo se instalava sem que muitos percebessem e diante de uma esquerda que se sentia, de alguma forma, culpada.

As primeiras manifestações de rua pareciam indicar uma divisão que logo tomaria viés violento. Bolsonaristas se apossaram dos símbolos nacionais: o verde-amarelo da bandeira passava a significar o poder dominante. Nem as populares camisas da seleção brasileira escapavam, vestiam manifestantes dispostos a apoiar os novos tempos e as nossas tiveram que ser guardadas no fundo de gavetas para esperar momentos melhores. A pergunta que nos atormentava era sempre: de onde surgiram todos aqueles apoiadores? Onde estavam antes todos aqueles eleitores?

No Rio de Janeiro, cidade de Bolsonaro e filhos, passeatas de apoio eram organizadas na orla da Zona Sul (área economicamente privilegiada) e na Barra da Tijuca, espaço do conservadorismo, preferencialmente no fim de semana. A Zona Oeste tornou-se um feudo dos bolsonaristas por englobar os condomínios da orla da praia, favoritos dos novos ricos da Barra da Tijuca e Recreio do Bandeirantes, mas se estendia a partes mais distantes, aos territórios das milícias que festejaram com fogos de artifício o resultado da eleição.

O centro do Rio com seus tradicionais espaços de passeatas juntava durante dias de semana manifestantes bradando ainda o “Ele não” sem que nunca ficassem devidamente ocupado. Era preciso voltar ao trabalho e nenhuma liderança que entusiasmasse chamava às ruas. Os estudantes gritavam as mesmas desgastadas palavras de ordem de outros tempos.

Durante as manifestações bolsonaristas, tornou-se recorrente, nas transmissões de TV, imagens de casais que participavam dos atos acompanhados de filhos e babás uniformizadas, como na ocorrida à beira-mar, em Ipanema, em 2019. Em imagens como essas retratava-se o patriarcalismo, o racismo, o autoritarismo, a diferença de classes que persistira no país. Mais do que resultado de opção ideológica, o antipetismo que influenciara os resultados aparecia como o agarrar-se aos privilégios de que parte expressiva da população não pretendia abrir mão.

Dentre as exaltações ao líder escolhido, destaca-se o grito: mito! Epíteto cultivado pelo presidente e seus incansáveis filhos, nas ruas e nas redes. Mito? Para quem? De quem? Aos pensadores, aos cientistas políticos não faltaria

assunto nos próximos anos. Pesquisando em outro campo, o da crítica da cultura, procuro aqui partir de imagens, frases, manifestações de comportamento para tentar, minimamente, compreender o que estamos vivendo.

Leandro Konder, filósofo marxista (1936 – 2014), em obra introdutória ao estudo do fascismo, “tema tão quente que costuma provocar queimaduras”, demonstra de forma quase didática, a importância da “automistificação”. Konder cita Mussolini quando o italiano diz: “Criamos o nosso mito. O mito é uma fé, é uma paixão. Não é preciso que seja uma realidade” (Konder, 1977, p. 36).

O estudo faz, desde o início, a pergunta que voltamos a nos fazer diante do presidente que nos governa: “O que caracterizaria, afinal essa personalidade fascista? O fascínio pela violência? O ódio?”.

Antecipo aqui o fundamental desta minha argumentação: não estávamos preparados para perceber que o fascismo também pode se impor pelo voto. Acreditávamos na força das conquistas, em diversos campos, que foram resultados de governos aos quais, apesar do apoio, não poupáramos críticas por diversas vezes. Íamos para a oposição, função que já desaprendêramos.

Nesse momento, começamos a perceber que as concepções de esquerda e direita não nos bastam. A cada fala, seja em cadeia nacional, seja diante dos apoiadores que se aglomeram em Brasília, diante do Palácio, percebemos que a diferença entre pensamento conservador e bolsonarismo ficara mais nítida, ainda que um se alimente do outro.

As ameaças antidemocráticas foram crescendo ao mesmo tempo em que agressões a jornalistas e opositores cresciam. Os apoiadores de Bolsonaro pediam a volta do regime militar, com ofensas e propostas de fechamento do Supremo Tribunal Federal – o STF, instância máxima. Surgiram faixas em frente ao prédio do STF, na capital. Diante de faixas que diziam “intervenção militar com Bolsonaro”, o ato foi finalmente considerado apologia contra a democracia e, portanto, ilegal e inconstitucional. A Polícia Federal iniciou investigação em busca dos financiadores das campanhas e manifestações. Não é difícil achá-los.

Não sei se há um temor de sermos precipitados ao se falar em fascismo para tratar do governo Bolsonaro, ou ainda tentamos nos iludir, mas a verdade que atos que chegaram a nível do abominável evidenciam a importância de constatarmos a necessidade de se enxergar o momento com a crueza devida para poder reagir com mais determinação.

O livro citado na epígrafe que inicia esse texto, do professor, antropólogo, escritor e pesquisador sobre segurança pública há muitos anos, Luiz Eduardo Soares, estende-se por argumentações comprobatórias ao qualificar como fascistas determinados projetos de poder do governo Bolsonaro. E afirma:

é o caso, a meu juízo, da imputação do epíteto fascista ao bolsonarismo – tomado como o conjunto empírico, a cada dia ampliado, de discursos e práticas (aí incluídas decisões governamentais) da lavra de Bolsonaro e de seus apoiadores. Em outras palavras, creio ser defensável e adequado denominá-lo fascista (Soares, 2020, Cap. 1).

Mais adiante, analisando o discurso, a gestualidade, a ênfase ofensiva que marcam suas falas cheias de ódio, o cientista político, aponta para a impossibilidade de diálogo que tais afirmações, apresentadas como “assinatura de Bolsonaro”, produzem ao identificar o outro como inimigo, portanto, o mal.

Registre-se que os gestos do presidente constituem autorização tácita – e convocação – para a violência, evocada nos discursos contra os inimigos, desde os “criminosos” até os adversários políticos. Note-se que os inimigos são chamados de “bandidos” ou “vagabundos”, e que este último termo propicia automática transição semântica para a esfera política, não importando que haja ou não alguma denúncia específica de corrupção ou de transgressão à legalidade, pois ser de esquerda, ou de oposição, imediatamente imerge o personagem acusado no universo da desqualificação moral (*ivi*, Cap. 1).

Não é de espantar que o Professor Luiz Eduardo tenha encabeçado, ao lado de Paulo Sérgio Pinheiro, que foi membro da Comissão da Verdade e nos representou em questões políticas na ONU, junto com 579 professores e servidores que se manifestaram contra o governo, dossiê preparado pelo Ministério da Justiça, em flagrante violação à constituição vigente que garante a liberdade ideológica, como processo de vigilância e intimidação. O pavio dessa ação típica dos regimes antidemocráticos parece ter sido o manifesto assinado por cerca de 500 policiais e outras forças de segurança contra o governo considerado ilegítimo. As perseguições contra o grupo de militares foram imediatas e os “antifas”, como se apresentavam, foram caracterizados como grupo a ser combatido.

Cabe lembrar que o presidencialismo brasileiro delega poderes extensos ao Chefe da Nação que pode governar em muitos momentos por medida provisória. Um Presidente sem compostura, que não hesita em usar palavras chulas e grosseiras em suas falas, justifica sem nenhum compromisso com a verdade, medidas que vai tomando foi se tornando, na prática, cada vez mais autoritário, testando inclusive os outros poderes da República.

Nesse momento, a Constituição de 1988, generosa e igualitária continua vigendo, mas as tentativas de infringi-la são constantes. As esferas de representação legislativa, Senado Federal e Câmara dos Deputados, ainda que cada vez mais submissas, funcionam. O ameaçado Sistema Jurídico permanece,

formalmente independente, mas a influência do Presidente nas nomeações que lhe são atribuídas vai penetrando nas diversas instâncias de forma crescente.

O best-seller *Como as democracias morrem* (Levitsky e Ziblatt, 2018) mostra como os regimes democráticos podem ser derrotados por políticos que chegam ao poder democraticamente. São dirigentes que instigam a população, aos berros de ódio. Atos antidemocráticos vão silenciando as vozes de opositores e impressionam camadas vulneráveis insatisfeitas.

Ao mesmo tempo em que a impossibilidade de diálogo repercutia no poder legislativo, a política perversamente neoliberal se impunha, os conservadores se fortaleciam, o poder do agronegócio falava grosso, o comportamento de apoiadores evangélicos se tornava modelo de conduta sob o governo de um presidente que, batizado no rio Jordão pelo rico e poderoso pastor Everaldo, em 2016, acrescentou Messias ao seu nome.

Este pastor Everaldo e seus filhos foram presos em setembro último sob acusação de receber propina no corrupto governo do Estado do Rio de Janeiro. Bolsonaro afirmou não ter nada com isso e continuou, segundo expressão de seu agrado, cada vez mais “terrivelmente evangélico”.

E a pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil, revelando mais uma faceta do Messias: além do negacionismo, contrário à ciência e aos cuidados médicos, diante das mortes, internações, ameaças coletivas do vírus, aparece a falta de empatia e a indiferença a se juntar ao discurso de intolerância e ódio. Expressões desumanas aguçavam o alheamento à devastação que o Corona vírus provocava no país, atingindo muitos, mas sendo especialmente impiedoso em comunidades pobres, sem saneamento, sem água, sem esgotos.

Primeiro a epidemia era só uma “gripezinha” ou histeria, facilmente combatida pela cloroquina e similares. Morrem brasileiros? “E daí, eu não sou coveiro”. Pouco depois da bravata: “O vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Todos nós iremos morrer um dia”, o político que provocava aglomerações sem máscara, apareceu contaminado.

Durante os momentos mais assustadores da contaminação pelo novo vírus, como os meses de agosto e setembro, o Presidente e seus ministros aproximavam-se de populares curiosos, apertando mãos, segurando crianças, sempre sem máscaras de proteção. Ao que afirmavam, o Corona vírus era perigo apenas para a Economia, mas a doença se espalhou até mesmo pelo Palácio e seus ilustres ocupantes.

Merece alguma análise o comportamento da autoridade máxima do país diante do problema e como o mais importante era não o país ou sua população, mas a própria imagem do mito, do capitão que a gripezinha não poderia derrubar, afinal, segundo ele era um atleta.

Quando da chegada do vírus ao Brasil, em meados de fevereiro, o Ministro da Saúde era um político do “Centrão”, indicado por partidos de centro-direita. Mas era um médico. Diante da epidemia, descobriu a importância do SUS, Sistema Único de Saúde, gratuito, aberto a toda a população e com atendimento distribuído por todo o imenso país.

Performático também o político, mas consciente da responsabilidade que tinha no exercício da medicina, abortou os planos do Presidente de destruir o projeto para a saúde previsto na Constituição Cidadã, de 1988. Inspirado no modelo do National Health Service, do Reino Unido, o SUS fez parte importante da política dos governos anteriores envolvendo debates constantes.

O Ministro Luiz Henrique Mandetta, literalmente, vestiu o uniforme do SUS, foi para a TV e começou a informar a população do que acontecia. Diante do medo e da preocupação geral passou a fazer informes diários, sempre a mesma hora, no início da noite. Seria hora dos painéis, mas todos paravam para ouvir o que estava acontecendo. Uma trégua às críticas ao governo instalou-se: a pandemia seria tratada com seriedade.

Em abril, a popularidade do Ministro começou a tirar os holofotes do pretencioso chefe, as discordâncias surgiram: usar ou não usar máscara, decretar o isolamento ou continuar mandando todos trabalhar, fechar ou não as escolas, as lojas, os restaurantes. A nenhum colaborador, no entanto seria permitido, em momento algum, chamar mais atenção do que o mito! Resultado: demissão sumária.

Outro médico, ligado a instituições privadas de saúde, passou rapidamente pelo cargo, não aceitou a determinação do capitão para receitar cloroquina e similares e foi embora em menos de um mês. O Ministério da Saúde é hoje ocupado por um general da ativa, Eduardo Pazuello. Ao todo, segundo dados da imprensa, são 6.157 militares da reserva ou da ativa nomeados para cargos civis, 43% em cargos comissionados.

Mais uma lição: um presidente civil pode, sem problemas, formar um governo militar, o Brasil é exemplo. A indiferença da população diante dessas escolhas espanta. Os próprios militares se dividem, nem todos estão dispostos a aceitar as responsabilidades da insensatez facilmente, e aos de alta patente, em que pese o conservadorismo, na verdade não agrada serem dirigidos por um capitão.

Com a responsabilidade pelas medidas para frear a Covid-19 atribuída aos governadores e com um consórcio da imprensa reunindo as principais empresas de comunicação para apurar e divulgar os dados de mortes e contaminações que o governo, de forma inacreditável, se recusava a revelar, os limites ao trabalho presencial e às aulas nas escolas e faculdade passam a funcionar. Restaurantes e

bares demoraram a poder abrir novamente, mesmo assim com diversas medidas restritivas. Cinemas e teatros seguem o mesmo caminho.

Nesse meio tempo a falência atingira todos os ramos do comércio e do entretenimento, quase todos já no limite de seus orçamentos mesmo antes da devastação do Covid-19. Lojas fecham, a inadimplência cresce.

No país que é hoje o 2º. em número de mortes e o 3º. em contaminações no mundo, a pobreza aumentou, o desemprego avançou velozmente, a situação de miséria se alastrou pelo interior do país e a popularidade do presidente caiu.

Nada, porém, que medidas estratégicas não possam remediar. O governo aprova então um apoio emergencial de cerca de meio salário mínimo distribuído aos desempregados que repercute bem e a popularidade volta a subir. O nível de rejeição cai de 44% para 34%. A divisão do país entre antípodas já não parecia tão evidente. Findo, porém, o período de pagamento do auxílio, a rejeição voltou a crescer junto com a miséria.

O projeto autoritário de governo torna-se, porém, cada vez mais evidente e as performances fascistas se espalham. O *ethos* da ignorância, do apreço ao desconhecimento, o repúdio ao mundo do saber, completa-se com perseguições e desrespeito às instituições.

O ataque à educação pública acontecera desde o primeiro momento, com desprezo pelo ensino público e gratuito, incentivo a escolas privadas, desidratação de projetos de apoio ao ensino fundamental, desaparecimento das políticas de leitura, corte de verbas para pesquisa e ódio explícito às universidades.

Ministros da Educação patéticos se sucedem desfilando impropérios contra estudantes e professores. Um ministro chega a dizer que as universidades eram espaços de plantações de maconha e defende a entrada da polícia nos campi, ignorando, dentre outras conquistas, a autonomia universitária. A interferência do Presidente na escolha dos reitores de universidades federais passa a ser explícitas.

Com a chegada da pandemia são esses mesmos cientistas e professores, acusados de promover “balbúrdia” que, com longa experiência em lutas contra outros vírus e doenças tropicais, surpreendem com suas pesquisas, fazem descobertas, estabelecem parcerias internacionais, orientam comportamentos durante a pandemia, começam a fabricar vacinas.

No campo dos direitos humanos e da segurança pública o projeto político autoritário, com perseguições racistas, misóginas e homofóbicas extrapola nossas mais pessimistas projeções. As vitórias sociais anteriores são tratadas cada vez mais como ameaças a serem combatidas imediatamente com a força do Estado.

Desde a campanha eleitoral, denúncias da violência contra jovens negros assassinados por policiais ou membros das milícias que crescem sob o manto da

impunidade, provocam o ódio, o combate armado. Para além de assassinar Marielle, a heroica vereadora combatente a favor de mulheres, negros, transsexuais e desassistidos, bolsonaristas e milicianos não hesitam em ofender sua memória e quebrar placas que a homenageavam no simbolismo de uma segunda morte simbólica e ameaçadora.

Essa outra morte performatizada publicamente encenava as ameaças a mulheres, negros e militantes e serviu de modelos a atitudes caras a Bolsonaro e seus sinistros filhos. As redes sociais, controladas pelos filhos e assessores do presidente, reforçam as ofensas e prometem se vingar dos opositores.

A violência das falas e gestos do capitão e seus seguidores, num país presidencialista, onde a autoridade maior tende a ser vista como exemplo, onde tantos jovens são carentes de figuras que inspirem positivamente seu comportamento, onde narcotraficantes são modelos de vida e valentia, tem provocado efeitos lastimáveis. O resultado tem sido aumento considerável da violência doméstica e outras formas de agressão, de conflitos armados, assassinatos e outras formas de agressão.

Por outro lado, as comunidades mais carentes foram, desde o início da pandemia, exemplos de mobilização solidária. As agências e organizações existentes em bairros periféricos não esperaram pelo Estado. De iniciativas de higienização a distribuição de alimentos mostraram o poder dessas formas de trabalho comunitário, realizado pelos próprios moradores das periferias, mobilizando, inclusive, patrocinadores para tais trabalhos. Com essas redes de apoio revelou-se uma força de poder autônomo que não pode ser desprezado.

O tratamento dado pelo presidente às questões de gênero e raça figura entre os gestos mais abomináveis. A estrutura de opressões sociais, racistas, machistas e transfóbicas existente no país vem sendo reforçada ao invés de ser combatida ou mesmo questionada. As manifestações transfóbicas e machistas na rede ou no espaço público terminam por serem minimizadas ou por vezes ridicularizadas. No momento em que o movimento antirrascista cresce por todo mundo com a afirmação do basta que as manifestações “Black lives matter” representam, vemos os movimentos negros sofrerem mais que descaso, provocações.

A esse comportamento serve, por exemplo, Sérgio Camargo (O Globo, 04/06/2020) o Presidente da Fundação Palmares, órgão federal destinado a promover e preservar a cultura afro-brasileira, jornalista negro, conhecido por suas posições conservadoras. Mal chegou ao cargo, cuidou de chamar o movimento negro de “escória maldita”. Em tempos de protestos contra a violência sofrida por negros, é de espantar que o responsável por tais declarações continue no cargo, mesmo depois de questionado pelo Ministério Público.

Seguro de seu poder, o Ministro se ocupa em desfazer a memória do movimento negro no Brasil, excluindo dos quadros de homenageados pela Fundação, políticos negros que se caracterizaram pela defesa da população afrodescendente sob diversas formas.

Apesar da crescente força dos múltiplos movimentos feministas nas últimas décadas, ainda havia muito a se conquistar. A proibição do aborto é cláusula pétrea para a sociedade brasileira. Poucos ganhos aconteceram mas esses foram importantíssimos, como a autorização do procedimento do aborto em casos de estupro.

O *outro*, o diferente do modelo patriarcal, branco, heterossexual a que a mulher deve se submeter, é, como querem demonstrar, o inimigo. A todas as formas de discriminação servem o Messias e seus acólitos, dentre estes ministros e secretários.

Parece hábil que uma mulher, pastora evangélica, ocupe o lugar de preservação dessa família que não existe mais como Ministra da Mulher, da família e dos direitos humanos. Em atos extremos, que busca justificar pela religiosidade, é ela quem se incube do papel sujo, extrapolando suas tarefas, tornando-se portadora de todos os estereótipos misóginos, homofóbicos, em doutrinação cotidiana contra qualquer tipo de luta contra discriminações por gênero e opção sexual e, furiosamente ao tímido direito ao aborto por lei em casos de estupros.

Em caso recente de luta pelo direito ao aborto autorizado pela justiça em uma menina de 10 anos continuamente estuprada pelo tio, a Ministra e seus assessores, perseguiram a vítima e avó, revelaram o nome da criança, procuram interferir com os médicos que deviam atendê-la (Jordão, 2020; TNSul, 16/06/2021). Ao conservadorismo já existente, juntava-se o sadismo diante de meninas ameaçadas.

Se o apoio de feministas e instâncias legais consegue proteger a menina, as consequências não se fazem esperar: o governo emite portaria onde obriga a vítima a denunciar o violador (aquele que faz parte quase sempre da comunidade ou da família, vivendo perigosamente perto) com queixa formal à polícia, submete os médicos a uma série de constrangimentos e indica que seja mostrada à vítima exame de imagem que revele o feto. Só faltaram mesmo ameaçar com a fogueira da Inquisição.

O que mais desanima é assistirmos aos evangélicos e as autoridades da Igreja católica, afirmarem que aquela pequena figura feminina, que entrou no hospital levando um bicho de pelúcia e ganhou brinquedos tinha a obrigação de ser mãe.

Tal procedimento às avessas, onde o Presidente da Fundação destinada a valorizar a cultura afro-brasileira manifesta-se claramente racista “Cotas raciais

para negros são mais do que um absurdo” e “Marielle não era negra, ela era parda (mulata), mas autodeclarava-se negra por conveniência política, para reforçar o perfil de ‘vítima’ e ‘oprimida’, o que nunca foi” assim como a Ministra que deveria proteger as mulheres as ameaçar, merece atenção como recurso político.

O artista visual, escritor e crítico de artes Nuno Ramos, intelectual importante no cenário brasileiro, premiado internacionalmente, expondo performances de porte questionadoras e de cunho político, em artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, conceituou com argúcia essa faceta do comportamento bolsonarista.

Nunos Ramos, dizendo-se “exausto de raiva”, afirma que a ideia de poder do Presidente

parece, antes de mais nada, a de sacanear e agredir alguém, um inimigo verdadeiro ou imaginário —ou o primeiro que passar. É assim que o bolsonarismo entende o mundo: alguém precisa urgentemente sofrer, perder, apanhar. Ser caluniado. Morto (Ramos, 2020).

E mais adiante:

Há algo pré ou pós-político aqui (ou, se quiser, num sentido mais antropológico, de essencialmente político) – a simples potência de agressão, isolada e disfuncional, perturbando a todos o tempo todo, pensando apenas na própria reprodução e ameaçando por dentro os projetos que veicula (*ibidem*).

A esse perverso processo de inversão de valores, de transformação de procedimentos democráticos, humanos, de simpatia, em seu oposto, Nuno Ramos aponta um procedimento sistemático “Vivem de um parasitismo por inversão, mas ainda simétrico, sem criação nenhuma”.

Assim foi a afirmação do dirigente da Fundação Palmares: “A escravidão fez bem aos povos escravizados” e a convicção da Ministra de Família de que, obrigatoriamente: “menino veste azul, e menina veste rosa”.

E chegamos, então, ao desencadeador da fúria dos bolsonaristas, a cultura. Identificados como opositores do pensamento tosco expresso de suas falas, arte e cultura tornam-se inimigos a serem destruídos.

Para mostrar que não há exagero em falar da violência, das ameaças, cabe lembrar que durante a campanha Bolsonaro deixou claro que os opositores deveriam ser eliminados de formas as mais radicais. Em suas redes sociais, falando de servidores públicos opositores, com mandato, garantiu que “se não tivessem, eu cortava a cabeça mesmo. Quem quer atrapalhar o progresso vai atrapalhar na ponta da praia, aqui não” (Amado, 2019).

Ponta da Praia era, no jargão de torturadores durante a ditadura, a base da Marinha próxima ao mar, usada como lugar de execução de presos políticos.

Como parte da concretização do *ethos* da ignorância, o primeiro ato foi extinguir o Ministério da Cultura e em seguida investir contra centros de estudo e pesquisa voltados para reflexões de ponta sobre questões culturais e políticas.

Secretários de Cultura, que substituíram o cargo de ministro, se sucederam em performances celebratórias do fascismo. Inicialmente, dois secretários passaram pelo cargo rapidamente, um negando-se a praticar a censura e outro por motivo semelhante, evidenciando que o cargo não servia a quem pretendesse manter o mínimo do comportamento democrático.

A esses se seguiu um diretor teatral que criou encenação antológica. Estimulado por ter sido promovido ao cargo depois de ofender nossa maior atriz, Fernanda Montenegro, ainda ativa e conseguindo prêmios aos 90 anos, o Secretário colocou um figurino militar e ao som de trilha sonora condizente, repetiu, diante das câmeras partes de discurso de Goebbels, ministro da propaganda de Hitler.

Ao secretário que exagerou na adulação seguiu-se Regina Duarte, atriz de novelas de TV que, descontrolada, defendeu a tortura em entrevista pública, talvez para concorrer com as performances do capitão.

A solução (solução final, poderíamos dizer?) foi colocar ator de série juvenil no cargo e cercá-lo de militares. Hoje o principal órgão de apoio e financiamento da cultura, a Fundação Nacional das Artes, que já foi dirigida por nomes como o grande poeta Ferreira Gullar, é presidida por um general e a Secretaria de Fomento e Incentivo por um capitão de polícia baiana. A cultura virou, oficialmente, caso de polícia.

São esses militares, em seus postos de decisão, que controlam a corda que estrangula cinema, teatro, música, artes visuais e manifestações da cultura popular Brasil afora. Cinema que vem produzindo obras como o antológico *Bacurau*, de 2019, escrito e dirigido por Kleber Mendonça e Juliano Dornelle, que recebeu o prêmio do júri no festival de Cannes, e outros filmes premiados; artes cênicas e visuais que souberam se reinventar com exposições virtuais e peças criadas no isolamento a que a pandemia de Corona Vírus nos obrigou. E a música, ah a música! O que seria de nós sem as *lives* de artistas que reúnem amigos distantes e mobilizam o afeto de todo um país, consolado por algumas horas.

Quanto aos livros, deles se encarrega o Ministro da Economia a garantir com seu escandaloso elitismo que pobres não precisam de livro e a ameaçar com novos tributos, editoras e livrarias não vêm como se manter. Perdem os que produzem livros e os que teimam em manter o antigo hábito.

Também aqui há coerência. Afinal, se intelectuais públicos e professores que defendem um pacto antifascista são denunciados em dossiês acusatórios, não faz sentido livros serem publicados. Complicado será explicar como ser antifascista tornou-se, numa democracia, ameaçador.

Nesse longo inventário de horrores, tratou-se aqui sobretudo das agressões que o governo, que não podemos mais deixar de apontar como fascista, tem imposto aos brasileiros, mas os perigos não se limitam a nosso território, tornam-se cada vez, ameaça global.

A política de Meio Ambiente, expressa por Bolsonaro em Assembleia Mundial com performance mentirosa diante de especialistas que conhecem perfeitamente problemas monitorados internacionalmente, atinge o mundo, vai além do nosso país.

Toda a Amazônia, desmatada e atingida por queimadas, sofre processo de destruição que atinge não só as populações indígenas que aí habitam e são dizimados, mas oferecem perigo para todo o planeta. O controle e a fiscalização da Amazônia estão a cargo do Vice-Presidente da República, também um general; técnicos e especialistas são afastados e desmentidos e as críticas de outros países tidas como ameaça à soberania do país.

A tudo isso assiste um país mais do que dividido, atônito, inseguro, sem enxergar perspectivas de saída. Talvez caiba pensar, porém, que, demonizada, a esquerda custa a acreditar que o ódio que lhe tem o governo fascista possa ser, justamente, uma demonstração de que ainda possua força. Continua, porém, a cometer o grave erro dele mesma seguir dividida.

O caminho a ser trilhado pela oposição parece bastante evidente: mais do que uma união de esquerda, mesmo essa difícil de ser atingida, a única possibilidade de enfrentarmos um governo que vê no projeto de destruição o caminho mais fácil para continuar no poder, será firmarmos um pacto democrático entre todos que se opõem ao atual estado das coisas e construirmos, no plano eleitoral que já vem se aproximando, uma frente democrática que obstaculize o crescimento do fascismo.

É necessário vermos que o governo atual é bem mais do que conservador ou ultra conservador, é o fascismo que se camufla hipocritamente como opção popular que, lastimavelmente, nem toda a população rejeita.

Em entrevista de página inteira ao principal jornal do país, a política italiana Elly Schlein (Ferraz, 2020), de centro-esquerda, causou grande repercussão entre nós ao dizer que a esquerda precisa deixar de ser arrogante. Citando Bolsonaro, a retórica da direita e a crise da democracia, termina afirmando que a política precisa encontrar a coragem para chamar as coisas pelo nome.

No caso brasileiro, o nome é fascismo e não podemos continuar a assistir ao seu crescimento de nossas janelas limitados ainda mais pelas necessárias regras de isolamento. A reação precisa se iniciar logo com formação de uma frente composta por todos os defensores da democracia na desconstrução do projeto de poder e destruição.

Precisamos ouvir mais do que fizemos, precisamos nos reconectar com todas as expressões do campo progressistas, buscar o que têm em comum os que acreditam no processo democrático. Tudo isso pode nos parecer difícil, distante, mas não impossível.

Imaginação é algo que não parece faltar ao nosso país, talvez possamos usá-la para vencer a retórica da intolerância e do ódio e trazermos de volta a democracia.

Chico Buarque, nosso sempre coerente músico, repete em sua bela música “Copo vazio”: “É bom lembrar que um copo vazio está sempre cheio de ar. Uma metade cheia, uma metade vazia. Uma metade tristeza, uma metade alegria”.

Bibliografia

- AMADO, Guilherme. “Bolsonaro sugere lugar de execução da ditadura para servidores públicos”. *O Globo*, 01/11/2019. <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/bolsonaro-sugere-lugar-de-execucao-da-ditadura-paraservidores-publicos-1-24056200> [16/06/2021]
- FERRAZ, Lucas. “‘A esquerda precisa deixar de ser arrogante’, diz vice-governadora que é promessa de renovação da política na Itália”. *O Globo*, 10/10/2020. <https://oglobo.globo.com/mundo/a-esquerda-precisa-deixar-de-ser-arrogante-diz-vice-governadora-que-promessa-de-renovacao-da-politica-na-italia-24685885> [16/06/2021]
- JORDÃO, Pedro. “Menina estuprada pelo tio achava que ele mataria seu avô”. *Terra*, 19/08/2020. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/menina-estuprada-pelo-tio-achava-que-ele-mataria-seu-avo,1fdd4420ca4cf3ae4adef1797a1b3d83hw2ojobu.html> [16/06/2021]
- KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo* (2ª. Edição). Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- LEVITSKY, Steven – Daniel, ZIBLATT. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- O GLOBO. “Leia a integra das declarações em que Sérgio Camargo, da Fundação Palmares, chama movimento negro de ‘escoria maldita’”. *O Globo*, 04/06/2020. <https://oglobo.globo.com/cultura/leia-integra-das-declaracoes->

em-que-sergio-camargo-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita-24462253 [16/06/2021]

RAMOS, Nuno. “O Brasil vive duplo apocalipse com Bolsonaro e Coronavírus”. *Folha de São Paulo*, 03/05/2020.

SOARES, Luiz Eduardo. *Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2020, Edição em e.book.

TNSUL. “Nacional: Menina de 10 anos engravidada após ser estuprada pelo tio no ES”. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/menina-estuprada-pelo-tio-achava-que-ele-mataria-seu-avo,1fdd4420ca4cf3ae4adef1797a1b3d83hw2ojobu.html> [16/06/2021].

Beatriz Resende é Professora Titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e da FAPERJ (Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio de Janeiro). É uma das Coordenadoras do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ, onde é editora da Revista *Z Cultural* <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/>
Contato: beatrizresende@letras.ufrj.br

Recebido: 30/10/2020

Aceito: 02/02/2021